

# ALBERTO TORRES: A IDENTIDADE NACIONAL COMO SUSTENTÁCULO PARA A ORDEM E O PROGRESSO NO BRASIL

## ALBERTO TORRES: NATIONAL IDENTIT AS A BASIC FACTOR FOR ORDER AND PROGRESS IN BRAZIL

Érica Myeko Ohara Itoda<sup>1</sup>

Marcília Rosa Periotto<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa a formação da identidade nacional no pensamento de Alberto Torres nas primeiras décadas da República, entendida como condição de ordem e progresso e de valorização dos trabalhadores nacionais. Suas obras *A organização nacional* (1914), *O problema nacional brasileiro* (1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915) discutem a urgência de criar de fato um modelo de nação e evidenciam os conflitos sociais na transição do século XIX ao século XX. Em oposição ao imperialismo e ao movimento imigratório, Alberto Torres defendia a vocação rural, tida como natural aos brasileiros, a propriedade nacional dos recursos naturais e a educação do homem do campo de forma a desenvolver o sentimento de amor a terra, evidenciando tal posicionamento o caráter conservador do seu pensamento. Frente a um discurso legitimador da superioridade de raça, da entrada de capital estrangeiro bem como da falta de conhecimento das reais necessidades do Brasil, a constituição de um sentimento de nação era obstruído pela ausência de uma consciência de amor aos interesses nacionais. Debate-se ainda a necessidade de um sistema de ensino capaz de estabelecer o sentimento patriótico e, ao mesmo tempo, instruir os cidadãos nos aspectos básicos para o desenvolvimento econômico da nação. As questões postas no alvorecer da República ainda mostram-se atuais. Em nossos dias, o pensamento de Alberto Torres sobre as limitações ao desenvolvimento da identidade nacional converte-se em realidade: o Brasil ainda é submisso às investidas estrangeiras, não há interesse político na formação do povo consciente da realidade da nação, as crises climáticas e o avanço da indústria do agronegócio em detrimento da agricultura de subsistência comprometem o cenário social brasileiro, entre outras questões relevantes. Tais aspectos exigem uma reflexão



Vol. 13 Número Especial

Jul/Dez. 2017

Ahead of Print

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR).

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP). Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR). Departamento de Fundamentos da Educação.

aprofundada sobre as causas históricas de quadros político-econômicos e antissociais persistentes.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação. Alberto Torres. Identidade Nacional- Ordem e Progresso.

**ABSTRACT:** The formation of national identity in the works of Alberto Torres in the Republic period, early as the condition for order and progress and the valorization of Brazilian workers, is analyzed. Torres' s books, *A organização nacional* (1914), *O problema nacional brasileiro* (1914) and *As fontes da vida no Brasil* (1915) discuss the urgent establishment of a model for the nation and reveal the social conflicts in the transition period from the 19<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> century. Contrary to imperialism and immigration, Alberto Torres defended Brazil's rural vocation, the national property of natural resources and the education of farmers so that love of their country could be developed. The above reveals the conservatory trait of his doctrine. In the wake of a racial superiority stance, the input of foreign capital and lack of knowledge on the country's true needs, the formation of a national feeling was impaired by the lack of love for national interests. The need for an educational system that would establish patriotism was debated and, concurrently, the instruction of citizens on basic aspects for the nation's economic development. The issues placed during the early Republic period are still on the agenda. Alberto Torres' s ideas on the limitations to the development of national identity are still true: Brazil is still a prey to foreigners; there is no political interests in the formation of people made aware of the nation's true state; climatic crises; the progress of agribusiness to the detriment of subsistence agriculture. All these factors and several others compromise the Brazilian social milieu. The above require an in-depth reflection on the historical causes of the persisting political, economic and anti-social attitudes.

**KEYWORDS:** Education. Alberto Torres. National Identity- Order and Progress.

## Introdução

Os acontecimentos na esfera da política brasileira e no setor econômico nacional, promovidos pelo golpe de estado patrocinado pelas forças retrógradas nacionais e auxiliados pelo capital estrangeiro, em 2016, exigem uma reflexão que conduza ao entendimento do pensamento conservador que deu resguardo à adoção do trabalho livre na transição do século XIX ao XX e legislou as relações de trabalho no alvorecer da industrialização.

O ano de 2017 despontou no cenário nacional igualmente ao início do século XX no que concerne ao modelo de tratamento jurídico em vigor nos primórdios da industrialização no Brasil, matéria proposta pelo patronato no qual se extinguirá os direitos trabalhistas consagrados no governo Getúlio Vargas. Dessa feita, aparentemente há um retorno ao passado que se queria acreditar superado, com a proeminência hoje de ideias e ações conservadoras num mundo em que o novo diz respeito à máxima exploração do trabalho e a submissão de nações aos impérios econômicos, também eles em disputa entre si pelo comando mundial.

A obra e o pensamento de Alberto de Seixas Martins Torres (1864-1917) abrigam aspectos relacionados ao processo de formação da identidade nacional, vista como condição essencial à criação de um ordenamento social garantidor do progresso brasileiro. Suas obras *A organização nacional* (1914), *O problema nacional brasileiro* (1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915) debatem a emergência de se estabelecer parâmetros diante das transformações materiais que surgiam. Entre outros enfoques presentes em sua obra, a defesa da organização nacional mostra-se como conteúdo educativo e premissa política capaz de unificar os extratos da sociedade em prol do progresso da nação.

O cenário político, social e cultural das décadas iniciais da Primeira República

permite entender as razões pelas quais a ordem, no sentido de organização nacional, era requerida primordialmente na constituição da nação brasileira sob as determinações republicanas e na qualidade de fomentar as novas forças produtivas capazes de competir comercialmente com o grande capital desenvolvimentista norte-americano e inglês, especialmente.

Os primeiros anos do século XX vivenciaram a agitação dos preparativos para a Primeira Guerra mundial. A fome e a falta de emprego forçava o movimento migratório para o Brasil: uma terra de novas oportunidades. Por outro lado, o Brasil alardeava propaganda no intuito de atrair imigrantes para branquear o país (IANNI, 2004) e construir uma situação de desenvolvimento com trabalhadores habituados às tecnologias agrárias mais avançadas.

O desenvolvimento da industrialização e consequentemente os expedientes utilizados na acentuada extração de mais valia apontou o interesse em se construir um ideário nacional, capaz de transformar em coletivo os anseios de uma parcela da população como estratégia de defesa do desenvolvimento econômico. A “necessidade de se fortalecer o Estado no campo representativo, simbólico, através da criação de um poderoso elo entre os indivíduos” exigia instituir um sentimento de unidade entre os homens de modo que a nação, dotada “de um território delimitado e de poder soberano [...] passaria então a contar com um povo unido culturalmente, dotado de uma autoconsciência nacional”. O Estado Moderno respalda essa ideia de nação como unidade coletiva, com “condições objetivas para se estabelecer e exercer sua função homogeneizadora, tornando-se, de certa forma, um sustentáculo da soberania” (CALIXTO, 2006, p.4). Assim, se a construção de uma nação não é algo dado de forma natural, caberia aos intelectuais e políticos da época orientar os caminhos para o estabelecimento da soberania do Brasil dado por meio da coesão nacional e de amor à pátria.

Alberto Torres defendia a formação da identidade nacional enquanto sentimento nacionalista e como caminho único na transformação material do Brasil. Os seus argumentos eram de valorização das riquezas nacionais, destacados os bens naturais e o homem brasileiro com sua inegável tradição ruralista.

Para ele era necessário aos brasileiros o conhecimento pátrio da natureza e da geografia, questão também presente no pensamento de Romero (14851-1914) e Cunha (1866-1909). A maioria da população desconhecia o território brasileiro, o que exigia o reconhecimento da grandeza material de forma a qualificar o seu valor. O Brasil, na condição de produtor de matéria-prima carecia do desfrute da própria riqueza, devendo coloca-la a seu serviço e interesse. Se aos produtos da terra estavam agregadas riquezas futuras, estas serviriam para o fortalecimento e coesão da nação brasileira na rota desenvolvimentista. Assim, sua crítica reside nas investidas estrangeiras no que se refere à exploração e comercialização das riquezas bem como na ocupação dos estrangeiros e imigrantes nos postos de trabalho os quais deveriam pertencer exclusivamente aos nacionais.

O discurso torriano evidencia a consolidação da nação como um processo, que perpassa pelo aceite coletivo da necessidade de ordem e de progresso. A exaltação da terra e a ordem cívica como elemento impulsionador do patriotismo era consonante ao reconhecimento da força produtora nacional. Neste sentido, a ordem só se estabeleceria se houvesse uma identidade nacional brasileira.

O caminho a ser trilhado no longo e necessário processo de consecução dessa ideia de nação composta de amor pátrio e sentimento de pertencimento à unicidade territorial rejeitava concepções e práticas sociais que a história havia superado. A inculcação ideológica sobre o produto dos trópicos (homem, pensamento e forças produtivas), como aspectos secundários e de raso valor frente à cultura europeia e norte-americana, reforçavam o sentimento de inferioridade e incapacidade dos homens em conduzirem as formas produtivas da nação num alto patamar de desenvolvimento. Havia no discurso

torriano a exaltação constante das riquezas da terra, o homem e a natureza como aspectos a serem considerados no contexto do nacionalismo versus estrangeirismo. A busca pela ordem se fundamenta na falta de organização e de amor próprio à nacionalidade, afirmava Alberto Torres.

Historicamente importa compreender quais práticas sociais eram enaltecidas e quais eram depreciadas, a quem importava manter ou alterar a ordem e as quais interesses da nação a defesa da ordem em nome do progresso serviria. No pensamento de Alberto Torres as respostas a esses questionamentos se assentam nos argumentos de formação de uma identidade nacional brasileira, feito realizado com a propagação de um nacionalismo ufanista, embebido de valores morais que, por sua vez, acabaria por justificar a manutenção do poder nas mãos dos latifúndios mesmo quando defendia a base da riqueza pertencente a todos brasileiros. Neste sentido, discute o sentimento nacionalista como pedra angular da nação, a se estabelecer por meio de uma nova ordenação de valores e práticas em oposição ao processo de industrialização.

Sobre a questão da organização da nação brasileira suas obras *O problema nacional brasileiro*, 1914; *A organização nacional: 1ª parte – A Constituição*, 1914 e *As fontes da vida no Brasil*, 1915, abordam explicitamente a questão das raças, os imigrantes, o capital estrangeiro, o uso extrativista da terra e a falta de conhecimento real das necessidades da nação. Tais aspectos, evidenciados como limitações à constituição de um sentimento nacionalista inviabilizavam o potencial brasileiro frente às investidas dos interesses imperialistas. Por outro lado, ao apresentar os aspectos sociais e históricos que enfraqueciam o sentimento nacionalista, também discutia a construção do imaginário popular e quais ações adotariam a fim de, por meio da ordem, de uma nova organização, formar a identidade nacional até então ausente no passado brasileiro.

### **A emergência da construção de uma identidade nacional**

Alberto Torres, aluno do curso de Direito, estudou nas Faculdades de São Paulo e na Faculdade de Direito de Recife. As lideranças políticas nacionais eram formadas nesses locais. Em Recife sua chegada coincidiu com o movimento “Escola de Recife”, momento em que Silvio Romero defendia a necessidade de se olhar para o real, a fim de que a civilização progredisse e Tobias Barreto (1839-1889) imprimia nos alunos a preocupação com a realidade brasileira (PINTO FERREIRA, 1980). O pensamento nacional, voltado para as coisas da pátria, distanciado do estrangeiro sustentou o sentimento nacionalista propagado por Alberto Torres:

Entre nós, a política de expansão econômica, com o sistema de cultura extensiva, de mineração, de monocultura, de latifúndios, de conquista dos sertões; com o desbravamento (sic) e a estrada de ferro agravou-se singularmente, por defeito da nossa adoração quase idílica pelo estrangeiro ... Nós temos mais que respeito: temos superstição pelo valor do estrangeiro e submissão à sua autoridade; e nisto tem estado o maior obstáculo à formação da consciência nacional, à educação da nossa iniciativa, à consolidação do nosso senso de responsabilidade – particularmente, da responsabilidade pública e social ... O Brasil não tem trabalhadores rurais, porque as classes superiores, por seu egoísmo, nunca tiveram interesse pelo patricio proletariado, preferindo explorá-lo a educá-lo, e abandoná-lo, por fim, em sacrifício à máquina destra do trabalhador europeu. (TORRES, 1915, p. 30)

Esse lineamento teórico o fez analisar as primeiras décadas da República e constatar a entrada do capital e braços estrangeiros como ameaçava à manutenção da vida aos brasileiros. As companhias estrangeiras com capital para investir na exploração das riquezas naturais absorviam todo o lucro. Ao povo brasileiro cabia apenas o serviço braçal, precária remuneração e a terra aniquilada.

Seja qual for a importância das empresas estrangeiras que se estão estabelecendo no Brasil, é inegável que se está operando um movimento de apropriação de indústrias nacionais por capitalistas europeus e americanos e que esse movimento não vem senão avolumar o flagrante da nossa renúncia à direção da nossa vida econômica, manifesta na antiquíssima ocupação por estrangeiros das primeiras posições na indústria e no comércio. (TORRES, 1982a, p. 170-171)

Para Torres o desenvolvimento material colocaria o Brasil em destaque nas relações comerciais, mas a vocação agrária, como força produtora, seria a forma responsável pela ordem e o estabelecimento de uma nação forte. Não bastava deixar a “mão invisível” organizar o país, era preciso que o Estado interviesse com medidas protetivas às riquezas nacionais: a natureza e o homem constantemente vilipendiado por ser mestiço. Por não estimular a consciência coletiva acerca de seus interesses enquanto nação, o Brasil formava um povo alienado, sem conhecimento de sua real situação.

Quanto à formação de indivíduos com estudo via que o empenho em se estimular a economia devia ser o mesmo para com a intelectualidade, pois “da intensidade e influência das faculdades mentais de um povo, cultivada racionalmente, e exercidas com liberdade e civismo, depende a eficiência de tudo mais” (TORRES, 1982a, p. 91). Sobre esta questão pode-se dizer que a construção de uma identidade nacional relaciona-se na consciência dos interesses nacionais, e como expressão coletiva deve ser primada em detrimento ao particular. Não ter consciência das necessidades nacionais é permanecer em estado alienado, como colônia (SOUZA, 2005).

Na finalidade de demonstrar os aspectos pátrios negligenciados, discutiu na obra *Organização Nacional* (1982a) as riquezas do território brasileiro e as qualidades de seu homem. Proteger a pátria, para além da propriedade de terras e dos dividendos a serem obtidos, significava valorizar o homem brasileiro, cuja condição de inferioridade se reforçava no imaginário popular por meio da eugenia, pensamento vindo da Europa e que previa a limpeza e branqueamento das raças. Tornar coletivo o sentimento de que no Brasil havia um contingente forte e capaz de competir com o capital estrangeiro, era uma das primeiras tarefas para o estabelecimento da ordem.

No sentimento nacionalista torriano a moral é vista como “elemento que daria coesão à tomada de consciência dos interesses nacionais” (ITODA, 2008, p. 63). Defender a nação era uma questão moral. A entrada dos monopólios estrangeiros com objetivos extrativistas era, a seu ver, uma ferida moral na política brasileira alheia às verdadeiras necessidades do povo.

Para que houvesse uma defesa legítima fazia-se forçoso o reconhecimento do território nacional em sua dimensão e riquezas naturais. O povo brasileiro, sem consciência da riqueza nacional, tornava-se alvo das investidas estrangeiras. O amor à pátria advém do reconhecimento de seu valor.

A exploração da terra deveria garantir a condição do Brasil como dominante nas relações comerciais. Reside aí o cunho educativo do discurso de Alberto Torres (1982a, p. 69) que, conservador, buscava estabelecer a identidade nacional voltada para a organização e consciência de brasilidade do povo. Apenas a manifestação do sentimento pátrio não seria suficiente, a defesa dos interesses nacionais era tarefa imperiosa a todos os indivíduos.

Em *O problema nacional brasileiro* (TORRES, 1982b) o nacionalismo, a soberania nacional e a tomada de consciência da legitimidade da nação e de seus homens são aspectos abordados de modo a reconstruir a imagem do homem brasileiro, em moldes inversos ao discurso imposto pelo modelo branco colonizador. Nesta obra, a retrospectiva histórica demonstra que, desde os primórdios, as terras brasileiras foram usurpadas pelos estrangeiros, primeiro pela Europa e, em sua época, pelos norte-americanos.

O povo brasileiro se formou da mistura das raças. Para o discurso da eugenia, muito em voga na época, a não pureza de raças gerava um povo inferior, o próprio calor do

território faria o povo fraco e preguiçoso, aliás, a marca reinante era a de que abaixo dos trópicos os povos eram incivilizados, selvagens. Alberto Torres trava um debate contra este estigma, já inculcado nas mentes estrangeiras e nos próprios brasileiros. O processo educativo de sua obra espraia-se nos argumentos capazes de legitimar o Brasil como nação soberana constituída por braços dignos de comandar o próprio país.

Nesse íterim, no contexto econômico brasileiro, a análise torriana entende a desordem da nação como resultado do egoísmo pessoal dos políticos que abriam espaço para o capital estrangeiro; o capital estrangeiro praticando o puro extrativismo; os lucros retornando às matrizes norte-americanas e europeias; o homem brasileiro perdendo postos de trabalho frente ao imigrante estrangeiro; a educação dos imigrantes organizada; o idioma nativo competindo com o estrangeiro; o grande contingente nacional analfabeto; cidades crescendo desordenadamente e o campo - fonte de real riqueza - se tornando esvaziado do contingente nacional e, ao mesmo tempo propriedade dos imigrantes. A superação dos problemas nacionais apontava apenas “um caminho a seguir: traçar a sua **política**; e para conceber a sua política, é mister formar uma **consciência nacional**” (TORRES, 1982b, p. 47, grifo do autor).

Dessa forma, o estopim da desordem seria a falta de unidade nacional que, ao voltar os olhos para o desenvolvimento industrial esqueceu-se da vocação agrícola brasileira. Para ele, a força brasileira vinha da terra e preteri-la à industrialização significa cegueira para a real potencialidade do país. Além disso, as indústrias nacionais estavam nas mãos dos capitalistas europeus e americanos, ou seja, fechava-se uma porta de desenvolvimento, o rural nacional, para abrir oportunidade para o desenvolvimento industrial exploratório estrangeiro (TORRES, 1982a):

Importa lembrar que um dos motivos que levou Alberto Torres a recusar o processo de industrialização era a forma violenta de expropriação que o capitalismo, na fase imperialista, realizava em relação aos países dependentes. (ITODA, 2008, p. 52)

Defender a vocação agrícola equivalia lutar pela permanência das relações já vivenciadas e dominadas pela elite agrária. O discurso protecionista, cujo foco era a ordenação de uma nação forte, demonstrou-se estar a serviço da velha ordem econômica. Neste sentido, a formação de uma identidade nacional, propalada por Alberto Torres, relacionava-se à capacidade desta em proteger a vocação agrária e a organização estratificada já determinada. Não se trata de uma luta contra o capitalismo, mas para a manutenção da elite agrária brasileira como classe dominante.

Seu pensamento conservador ratifica a correlação entre organizar a nação e estabelecer a ordem por meio de uma conduta nacionalista, defensora da vocação agrária. Já para outros políticos e intelectuais da época, a destacar Serzedelo Correia (1858-1932), o progresso apresentava um novo ordenamento a fim da estimulação do desenvolvimento industrial e urbano. Ambas vertentes, ruralista e industrialista, defendiam o aprimoramento de suas técnicas de produção. O ponto comum a ambas era a notoriedade da emergência de se estabelecer uma identidade nacional.

De forma a enfatizar o valor e a urgência em se proteger a terra, a maior riqueza, Alberto Torres redige *As fontes da vida no Brasil* (1915). Este opúsculo, em tom de alerta, expõe a maneira pela qual os estrangeiros estavam a explorar e devastar as riquezas nacionais. Nele, as odes à natureza e à gente do Brasil são acaloradas, o cunho protecionista de seu discurso atinge o ápice:

[...] a destruição da seringa é excessivamente devastadora, para a indústria do seu produto, e a dessa planta, o corte das madeiras, e as derrubadas nos pontos mais densamente povoados, já devem mostrar influência sobre o clima – região que, tendo

as nascentes e as cabeceiras, virgens, até há pouco, de exploração, é excepcionalmente privilegiada, quanto à conservação do **húmus**, [...] toda esta imensa porção do país, que conterà muitas vezes a área da França, tem sua habitabilidade (sic), a sua sanidade e a sua produtividade, comprometidas, por muitas dezenas de anos, até o momento em que iniciar a política da restauração das nascentes e das fontes, da regularização das estações e da distribuição das águas. (TORRES, 1915a, p. 18, grifo do autor)

As questões históricas não são isoladas do contexto em que foram produzidas, dessa maneira o desenvolvimento industrial brasileiro não podia mais ser contido, já que não havia mais trabalho escravo e a realidade era outra. A própria economia agrícola já se atrelava ao processo de industrialização no tocante ao fornecimento de matéria prima. Assim, os argumentos protecionistas apresentados por Alberto Torres evidenciavam seu desejo de o Brasil participar das decisões sobre os seus negócios visto que detinha as riquezas basais para o desenvolvimento econômico.

A produção intelectual europeia reforçava a existência da inferioridade das raças mestiças e das coisas da terra. Portanto, o povo brasileiro perpetuava o sentimento de inferioridade e deveria se fortalecer em suas origens, no caso a agrária e a mestiça. A exaltação à nação, sua cultura e seu povo serviriam de sustentáculo para o sentimento capaz de unir a todos na luta pela proteção dos interesses nacionais:

A dúvida sobre o valor das raças do Brasil, nos centros intelectuais das nossas cidades, é mais um resultado do preparo – todo receptivo – dos que nos dirigem a opinião, que os conduz a tomar por dogma tudo quanto os livros estrangeiros nos trazem, inclusive as suas sentenças condenatórias, arestos com que o instinto político das nações adiantadas, dando por superioridade absoluta a superioridade eventual e relativa que mostram hoje, fazem títulos à dominação das que chamam ‘raças inferiores’. (TORRES, 1915, p. 7)

Alberto Torres argumentava que a miscigenação havia fortalecido o povo brasileiro. O branco europeu não seria capaz de labutar na lavoura brasileira no mesmo ritmo de um mulato. O fortalecimento da identidade do povo apenas poderia se dar quando houvesse condições dos homens conhecerem sua terra e sua própria constituição. Tal conhecimento, de forma sistematizada, é oportunizado por um sistema de ensino até então ausente, visto que a primeira década da república o índice de analfabetismo abrangia aproximadamente 85% da população.

Os imigrantes, embora, analfabetos na língua nacional, tinham a experiência da organização de um sistema de ensino. Destarte, tiveram condições de sistematizar e efetivar a instrução de seus filhos e fortalecer em território brasileiro as suas inúmeras culturas.

Esse cenário reafirmava no pensamento torriano a fragmentação do país, em virtude do crescente contingente alheio aos seus interesses. Era preciso efetivar um sistema de ensino capaz de estabelecer a identidade nacional e “sendo ao mesmo tempo um elemento de incentivo à exclusão de processos identitários étnicos”. (KREUTZ, 2000, p. 351).

Dessa maneira, o processo educativo surge como elemento essencial para a consolidação de uma nação unida por vínculos coletivos que nada mais são do que sentimentos protonacionalistas.

Até então, os homens letrados adquiriam conhecimento geográfico, filosófico e cultural, no e do além-mar. A elite era a classe letrada, mas nas letras estrangeiras. Isso reforçou os argumentos de haver um povo ainda alheio às riquezas do país. Havia urgência em difundir o conhecimento acerca da nação, sua vastidão e capacidade de suprir, de forma abundante, os meios necessários à subsistência. Neste contexto, as práticas culturais e os heróis nacionais seriam artifícios geradores do orgulho e amor à nação. Caberia, assim, à

escola a sistematização dos aspectos mais basilares do fortalecimento da coesão nacional.

### **O papel da escola na formação da identidade nacional**

No período anterior à eclosão do conflito mundial na segunda década do século XX, Alberto Torres intensificou sua produção intelectual. As nações se movimentavam em defesa dos interesses coletivos, os cidadãos se uniam pelo amor à pátria, um legado aos sucessores. Entendeu-se a consciência nacional como um direcionamento político, essência da perpetuação e proteção da nação. A premissa de que “educar o patriotismo é a função dos diretores da opinião, mas educá-lo austera e positivamente, sobre a base da realidade das nossas coisas, para que daí possa surgir a consciência da nossa verdadeira posição no mundo, e de nossos destinos” (TORRES, 1982a, p. 103), se repete na obra torriana, como um chamado aos políticos à ação.

À instituição escolar pertenceria a responsabilidade de dar unicidade ao povo. “Para instaurar o movimento de identificação daquilo que se queria para a nação, seria necessário propagar e legitimar um ideário ancorado no processo escolar único, com uma só língua, para formar um só povo” (KREUTZ, 2005, p. 157).

Assim, no processo de organização do sentimento nacionalista, o papel primordial da educação escolar ganhou notoriedade quando da aproximação da Primeira Guerra Mundial. Nos países beligerantes, os exércitos estavam prontos para a defesa dos anseios coletivos. Neste interim, a organização educacional brasileira apresentava inúmeras fragilidades:

A Europa produz trabalhadores por necessidade, por costume e por disciplina; e nós produzimos ociosos porque, a não ser com o escravo, nunca fundamos no país coisa nenhuma própria a criar o interesse pelo trabalho e o amor pelo trabalho, entre os homens do povo .... Que se fez, durante quase um século de independência, para transformar em povo esta massa de ociosos? Criaram-se umas poucas escolas públicas? TORRES, 1915, p. 29)

Na recém- instalada república os costumes monárquicos e o não trabalho ainda vigoravam nas mentes mais conservadoras. A escassez de escolas elementares era a expressão da velha ordem monárquica, quando apenas os jovens de famílias abastadas eram instruídos e preferencialmente no além-mar. Aos mais modestos restava o analfabetismo ou o ensino pernicioso “do alfabeto e das quatro operações, a carência dos primeiros elementos da saúde e da vida moral, [...] fazem do nosso povo um imenso rebanho [...] almas desfalecidas” (TORRES, 1982a, p. 128).

A prática educativa de primar pelo educar e, depois, o instruir, sobrevivia devido ao seu teor de controle, desde antes do fim da monarquia. Rosa Fátima de Souza (2006) argumenta que, no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas da república as práticas escolares pressupunham que educar:

[...] implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívicos–patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade. (SOUZA, 2006, p. 127)

Alberto Torres estava atento à necessidade de formar o povo para o trabalho e romper com os costumes ultrapassados de apenas instruir a elite, imputando aos governos o cuidado com a “educação e seleção intelectual da sociedade, facilitando aos capazes menos afortunados o acesso às escolas e aos cursos superiores [...]”. (TORRES, 1982a, p. 133)

Observa-se que, mesmo ao defender a oferta da educação para os mais modestos,



havia a compreensão de que nem todos os homens são dados ao trabalho intelectual. Tal entendimento reforça o caráter conservador do pensamento torriano na medida em que concordava com as diferenças sociais que fazia subalterno um indivíduo a outro, legitimando a sociedade dividida em classes como algo natural.

Nascimento, no artigo *Nação e Nacionalismo no Brasil* (2007, p. 2) destaca que o ambiente escolar é compreendido como um dos vetores sociais de “difusão dos princípios nacionalistas” no Brasil republicano. Isso porque “a padronização linguística, um dos importantes elementos de formação das nações e preocupação das doutrinas nacionalistas só pode ser alcançada através da alfabetização de amplas camadas sociais através da escolarização de massa”. (NASCIMENTO, 2007, p. 2)

O fluxo migratório fornecia braços com condições para o trabalho nas cidades e na lavoura. Por outro lado, os imigrantes também colaboravam com o branqueamento do Brasil (IANNI, 2004). Restava um contingente de escravos e mestiços, sem condições básicas, à margem da sociedade para competir pelos postos de trabalho.

O intenso extrativismo, sem preocupação com a manutenção da reprodução de matéria-prima poderia diminuir a importância comercial brasileira frente às novas concorrências. Preservar e organizar a extração das riquezas e preocupar-se com o futuro da nação era obrigação dos brasileiros que, somente com o sentimento de unidade, poderiam erigir forças na defesa da pátria. À escola caberia politizar o povo brasileiro, formando o espírito de identidade nacional.

A discussão torriana extrapolou a teorização. Na atuação de deputado, governador (presidente da província do Rio de Janeiro) e ministro do Supremo Federal, esforçou-se em organizar um regime escolar visando formar cidadãos à maneira como entendia ser necessário. Sobre a sua atuação política, Sabóia Lima aponta no *Jornal do Comércio* o projeto de Torres alicerçado nas seguintes propostas:

Primeiro – a necessidade de considerar a instrução primária como elemento básico para a formação exata da nacionalidade.

Segundo – a conveniência de organizar o aparelhamento escolar sem a cópia ridícula da legislação estrangeira, quase sempre inadapável ao nosso meio e de resultados ineficazes, produzindo a confusão e a balburdia, por não serem atendidos os verdadeiros interesses nacionais.

Terceiro – **o imperioso dever de dotar as zonas rurais com instrução adequada, para formarmos o trabalhador brasileiro, dispensando-nos da imigração**, que não vem solucionar os problemas da nossa economia, mas, apenas, resolver a situação pessoal do próprio imigrante.

Quarto – o franco estímulo à iniciativa individual em matéria de ensino, quando bem orientada, pois, o Estado ainda não emprega para a solução do problema cultural da formação da nacionalidade os grandes elementos imprescindíveis à sua consecução. (SABÓIA LIMA, 1935, p. 22, grifo nosso)

Quando Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900), “[...] uma das metas prioritárias de sua administração [...] foi o desenvolvimento do ensino”, porque, para ele, “[...] a realização de uma **política educacional** passou a ser um dos requisitos indispensáveis à **criação da nação** e à organização do Estado”. (FÉLIX, 1977, p. 155, grifo da autora)

Na inauguração do Ginásio Estadual em Petrópolis, Alberto Torres reforçou seu entendimento educacional. Lima Sobrinho registrou as seguintes palavras:

Educar é a primeira, a mais imperiosa das necessidades de nosso País. Educar estabelecendo o equilíbrio indispensável entre o desenvolvimento físico, moral e intelectual de cada indivíduo; educar para desenvolver e corrigir as faculdades naturais do homem brasileiro; educar para aperfeiçoar os estímulos e retificar os defeitos com que as condições de herança e do meio modelaram os filhos da nova terra; educar, enfim, para fazer a cultura do sentimento, do espírito e do caráter nacional, de forma a

constituir, com a unidade das idéias e dos móveis morais e intelectuais, a mais sólida força de unidade da Pátria. (LIMASOBRINHO, 1968, p. 197)

A ideia da educação escolar a valorizar os conhecimentos pátrios é reforçada: “O Governo Federal deve, como guarda da soberania e unidade nacional, impor o ensino, talvez exclusivo, da língua nacional em todas as escolas primárias do país” (TORRES, 1982a, p. 119).

No que se refere à defesa da vocação agrária brasileira, apontou a educação profissional como instrumento de retenção do homem no campo, oportunizando uma infraestrutura até então ausente. Para competir com os grandes centros, as propriedades com melhoramentos mais atrativos, como saneamento tornaria a vida do homem do campo mais aprazível, “[...] além disso, educação profissional aos pequenos lavradores, [...] venceria rapidamente os primeiros obstáculos”. (TORRES, 1982a, p. 132-133)

A forma com que buscou resolver as questões nacionais relativas à consciência da realidade brasileira por parte do povo o fez imputar à educação a condição de solucionar os males da nação; encontrou solo fecundo nas discussões sobre o processo educativo abordando as necessidades específicas de conteúdos escolares como o idioma, a geografia, a literatura nacional e o ensino profissionalizante, tendo em vista a manutenção do homem no campo e a garantia os postos de trabalho aos braços nacionais.

### **Considerações finais**

No contexto da obra torriana o nacionalismo se relaciona à um conteúdo educativo enaltecendo as riquezas da terra: homem e natureza; com o intuito de reforçar a vocação agrária brasileira. O descaso para com a terra e o homem do campo prejudicava a consecução da ordem. Consequentemente o progresso se atrelava à capacidade de proteção dos elementos basais da manutenção da vida: os recursos naturais.

O discurso sobre a construção da identidade nacional avigora a ideia de defender a ruralidade brasileira, enquanto produtora de riqueza. O caráter conservador, ao defender os grandes latifúndios, evidencia a defesa de antigas práticas sociais e de seus representantes.

A entrada do capital estrangeiro, estimulador do desenvolvimento industrial em detrimento da atividade agrária, juntamente com a entrada dos imigrantes, desestabilizava as relações de trabalho existentes. As novas práticas afastavam os brasileiros da condução da economia, povoava o país com um contingente populacional estrangeiro e desestruturava, com ideias exóticas ao pensamento nacional, de natureza positivista, a construção de um ideário efetivamente avançado em termos sociais.

Com a proximidade da guerra mundial, o debate a favor de práticas nacionalistas mostrou-se oportuno quando do fechamento das escolas nas colônias estrangeiras, as quais ensinavam nas línguas próprias e buscavam manter suas heranças culturais intactas.

Alberto Torres não discutiu implicitamente conteúdos escolares e nem defendeu o aprofundamento de estudos a toda a gente. Destacava que as sociedades civilizadas oportunizam de forma universal o ensino básico e tais ensinamentos deveriam ocorrer em ambientes formais, nas escolas. Seu enfoque voltava-se ao processo educativo de formação do cidadão.

As primeiras décadas republicanas apresentam-se como uma época em transformação. O contingente nacional de trabalhadores era formado por homens livres. O nacionalismo em construção requeria como etapa a formação da identidade nacional brasileira. Posto este pilar a nação poderia se ordenar rumo ao progresso. Ao Brasil, a questão entre ruralista e industrialista ainda permanece, cada qual a defender interesses particulares. Entretanto, a história atual evidencia haver um potencial desenvolvimentista impossível, nos dias atuais, de ser desvencilhado dos interesses do mercado mundial, comandado por forças estranhas aos interesses brasileiros.

A reflexão atual sobre as relações econômicas e humanas permite entender as questões apresentadas por Alberto Torres como aspectos abertos, tal como uma ferida, cuja solução só pode dar-se pela tomada de consciência a respeito da oposição entre trabalho e capital.

## REFERÊNCIAS

- CALIXTO, Clarice Costa. O Estado-Nação e o Século XX. In: **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**. 2006. Disponível em <https://www2.direito.ufmg.br/revistadocaap/index.php/revista/article/view/4>. Acesso: em 27 abril 2017
- FÉLIX, Loiva Otero. O modelo político de Alberto Torres. 227 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ITODA, Érica Myeko Ohara. Educação, política e trabalho: a formação da identidade nacional brasileira no pensamento de Alberto Torres. 123f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá: 2008.
- KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 347-370.
- \_\_\_\_\_. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. 2: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 150-165.
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI. Dermeval. **O legado educacional do século XX**. 2. ed. ver. ampl. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 109-161.
- TORRES. Alberto. **A organização nacional**. 4ed. São Paulo: Nacional; Brasília: UNB, 1982a.
- \_\_\_\_\_. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. 4. Ed. São Paulo: Nacional; Brasília: UNB, 1982b.
- \_\_\_\_\_. **As fontes da vida no Brasil**. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1915.
- NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. **Nação e Nacionalismo no Brasil: Forças armadas e educação na primeira metade do século XX**. Anais do IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. 2007. Disponível em: [http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/2\\_1](http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/2_1), Acesso em: 27 abril 2017.
- PINTO FERREIRA. Luiz. **História da Faculdade de Direito de Recife**. t. I. Recife: UFPE, 1980.
- SABÓIA LIMA, A. **Alberto Torres e sua obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. **SciELO Brazil: sociológicas**. N. 13. Porto Alegre, jan./jun., 2005. Disponível em : <http://www.scielo.br>. Acesso em: 30 out. 2005.

**Recebido:** 14/07/2017  
**Aprovado:** 22/09/2017